

Diplôme de Spécialisation Post-Universitaire-Centre International des Hautes Etudes Méditerranéennes, Instituto Agronómico Mediterrâneo de Zaragoza, de Outubro de 1986 a Junho de 1987.

3 — Experiência profissional:

De Dezembro de 1991 a Abril de 1993 prestou serviço na Direcção de Serviços de Experimentação e Fomento da Produção Agro-Pecuária, desenvolvendo as seguintes funções:

Recepção, análise e selecção de candidaturas do Programa NOVA-GRI — Orizicultura, análise dos projectos de investimento, execução financeira;

Recepção e análise de candidaturas às ajudas comunitárias aos produtores de culturas arvenses;

De Abril de 1993 a Maio de 1995 exerceu funções na Direcção de Serviços de Mercados e Garantia Agrícola, foi responsável pelo núcleo de controlo da DRARO, criado ao abrigo do Regulamento (CEE) n.º 307/91, para controlo documental do pagamento de ajudas comunitárias — FEOGA Garantia;

De Maio de 1995 a Maio de 1997 prestou serviço na Direcção de Serviços de Experimentação, Divisão de Experimentação Agro-Pecuária; colaborou na execução de projectos para candidaturas no âmbito da acção-investigação, experimentação e demonstração da Medida n.º 4 do PAMAF;

Responsável na DRARO pelos seguintes projectos:

«Resistência adquirida por infestantes da cultura do arroz aos herbicidas»;

«Perspectivas da utilização da Sula como cultura forrageira a implementar para a utilização na alimentação de ruminantes»;

A partir de Maio de 1997, com a entrada em vigor do Decreto Regulamentar n.º 17/97, de 7 de Maio, passou a exercer funções na Direcção de Serviços de Agricultura, Divisão de Produção Animal:

Participou na equipa do Projecto AGRO «Redução do risco de resistência de infestantes a herbicidas de diferentes culturas»; coordenou a acção Intempéries 2002, criada pelo Decreto-Lei n.º 24/2003, de 4 de Fevereiro;

Integrou a comissão organizadora da XXIV Reunião de Primavera da Sociedade Portuguesa de Pastagens e Forragens e XLII Reunião da Sociedade Portuguesa de Ovinotecnia e Caprinotecnia, Palmela, de 9 a 11 de Abril de 2003;

Implementou as medidas de apoio previstas nas alíneas a), b) e c) do n.º 2 do anexo à Resolução do Conselho de Ministros n.º 126/2004, de 28 de Agosto, de acordo com o previsto no n.º 17 das normas definidas nos Despacho Normativo n.º 40-A/2004, de 18 de Outubro, assim como no Despacho Normativo n.º 44/2004, de 27 de Outubro — Incêndios 2004;

Assegurou o cumprimento da Portaria n.º 1061/91, de 18 de Outubro, no que concerne ao funcionamento dos subcentros de inseminação artificial de bovinos.

A partir de 28 de Fevereiro de 2007 passou a fazer parte dos quadros da Direcção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo.

3 — Formação complementar:

Frequência de acções de formação, nomeadamente:

Utilização do programa SPSS na análise de dados agrícolas, INIAP/EAN, Oeiras, Abril de 2004;

Agricultura biológica geral, Centro Nacional de Formação Técnica do Gil Vaz, Junho de 2005;

Alimentação animal em modo de produção biológico, Centro Nacional de Formação Técnica do Gil Vaz, Novembro de 2005;

Transformação e conservação de produtos em modo de produção biológico, Centro Nacional de Formação Técnica do Gil Vaz, Novembro de 2006;

Gestão da segurança alimentar — sistema HACCP, Dezembro de 2006.

Despacho (extracto) n.º 21 851/2007

Com a publicação da Portaria n.º 219-Q/2007, de 28 de Fevereiro, foi fixado em 12 o número máximo de unidades orgânicas flexíveis da Direcção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo.

Tendo, por meu despacho de 29 de Março de 2007, sido criadas as referidas unidades e definidas as respectivas competências, urge nomear os dirigentes para que seja assegurado o normal funcionamento dos serviços.

Considerando o perfil, a competência técnica e a aptidão da assessora da carreira técnica superior Luísa Maria Miranda Reis Duarte e possuindo esta os requisitos legais exigidos no n.º 1 do artigo 20.º

da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, para provimento em cargo de direcção intermédia de 2.º grau, conforme decorre do respectivo currículo anexo ao presente despacho:

Nos termos e ao abrigo do disposto no artigo 27.º, conjugado com o artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto:

Nomeio a licenciada em Gestão e Administração Pública Luísa Maria Miranda Reis Duarte para exercer, em regime de substituição, o cargo de chefe de divisão de Gestão Financeira e Patrimonial, em Santarém.

Esta nomeação produz efeitos à data do despacho. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

16 de Julho de 2007. — O Director Regional, *José António Canha*.

Curriculum vitae

1 — Dados pessoais e habilitações literárias:

Nome — Luísa Maria Miranda Reis Duarte;

Data de nascimento — 9 de Janeiro de 1967;

Naturalidade — Encarnação, Mafra;

Nacionalidade — portuguesa;

Bilhete de identidade n.º 7698794, de 7 de Abril de 2005, do arquivo de Santarém.

Formação académica — licenciatura em Gestão e Administração Pública, área especializada de Planeamento e Controlo de Gestão, pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa, em Dezembro de 1990.

2 — Actividade profissional:

Nomeada, em comissão de serviço, chefe de divisão de Gestão Financeira e Controlo Orçamental, precedendo concurso, por despacho de 29 de Maio de 2001 do Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, nos termos do artigo 16.º e dos n.ºs 1 e 6, alínea b), do artigo 18.º da Lei n.º 49/99, de 22 de Junho, cargo que ocupou até 28 de Fevereiro de 2007;

De Dezembro de 1999 a Maio de 2001 desempenhou funções de assessoria à Direcção de Serviços de Administração, desenvolvendo a sua actividade em tarefas de auditoria interna, análises e estudos, colaboração na preparação de plano e relatório de actividades, bem como na preparação de acções de divulgação relativas à introdução do euro na Administração Pública;

De Maio de 1997 a Novembro de 1999 desempenhou funções de técnica superior na Divisão de Gestão Financeira e Controlo Orçamental, desenvolvendo a sua actividade na área do controlo orçamental e gestão financeira de programas comunitários, elaborando análises financeiras e relatórios para apoio à gestão;

De Outubro de 1993 a Abril de 1997 assumiu, interinamente, as funções de chefe de divisão de Programação e Gestão Financeira da DRARO;

De 9 de Janeiro de 1991 a Setembro de 1993 desempenhou funções de técnica superior na Direcção Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste, em tarefas ligadas à gestão e controlo financeiro de programas comunitários (PEDAP, PADAR, PEPSA, FSE), bem como do PIDDAC.

3 — Formação complementar:

Frequência de vários cursos, seminários e outras acções com interesse para a actividade profissional desenvolvida, nomeadamente nas áreas da gestão financeira, contabilidade pública, controlo orçamental, nos quais se destacam:

Seminário de alta direcção, realizado pelo INA, de 10 a 14 de Janeiro de 2005;

Estruturação de planos e relatório de actividades, promovido pela Scalconsult, em Novembro de 2006;

Gestão orçamental pública, promovido pelo INA, em Março de 2001;

POC público, promovido pelo INA, em Fevereiro de 2000;

Auditoria financeira, promovido pelo INA, em Abril de 2000;

Management público, promovido pelo INA, em Outubro de 1993;

Gestão orçamental pública, promovido pelo INA, em Março de 1991.

Despacho (extracto) n.º 21 852/2007

Com a publicação da Portaria n.º 219-Q/2007, de 28 de Fevereiro, foi fixado em 12 o número máximo de unidades orgânicas flexíveis da Direcção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo.

Tendo, por meu despacho de 29 de Março de 2007, sido criadas as referidas unidades e definidas as respectivas competências, urge